



**Esboços de uma trajetória: o professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa entre sociabilidades, política e historiografia (1963 – 2010).**

KARLA SIMONE WILLEMANN SCHÜTZ<sup>1</sup>

No dia 27 de novembro de 2010 era publicada no periódico diário *Notícias do Dia* a seguinte nota:

*Adeus, mestre*

*Poucas semanas depois da morte de Lauro Junkes, a Academia Catarinense de Letras perdeu ontem mais um de seus membros: o historiador Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, também presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Recentemente, conversamos durante muito tempo nas proximidades do prédio da antiga Academia de Comércio, que está sendo reformado e em breve será sede das duas instituições culturais. Ele acompanhava as obras de perto, com muito interesse, desde o início dos trabalhos.*<sup>2</sup>

De autoria do jornalista Carlos Damião, radialista e colunista há mais 30 anos na cidade de Florianópolis, esta nota é uma dentre tantas que apareceram nos jornais da capital catarinense ao longo daquela semana de novembro de 2010, noticiando o falecimento do então presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC e professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Carlos Humberto Corrêa. Em comum, além do fato noticiado – claro - todas têm a referência feita à reforma do prédio que hoje abriga tanto a Academia Catarinense de Letras - ACL, quanto o Instituto Histórico e Geográfico. Obra que é legada sobretudo à atuação de Corrêa, um “obstinado”<sup>3</sup>, que solitário brigou para que a promessa do governo estadual fosse cumprida, pois era um homem “que lutou muito pela preservação de nossa memória e da cultura catarinense”<sup>4</sup>.

Numa primeira mirada, estes relatos levam a ligar a atuação de Corrêa tão somente a ACL, mas principalmente ao IHGSC. Ficam escamoteadas outras das funções e lugares ocupados por Corrêa ao longo de sua trajetória profissional, um percurso que coincide com momentos significativos dentro do panorama historiográfico catarinense.

Carlos Humberto transitou por várias instituições e cargos dentro da cidade de Florianópolis e do estado de Santa Catarina fora a função de presidente IHGSC: foi diretor do

<sup>1</sup> Mestra em História pela UDESC em 2015. Doutoranda do programa de pós-graduação em História da UDESC, Bolsista PROMOP-UDESC.

<sup>2</sup> Adeus, mestre. **Notícias do dia**. Florianópolis (SC), 27 de novembro de 2010. (Coluna “Ponto Final”).

<sup>3</sup> Um obstinado. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 30 de novembro de 2010. (Sessão “Artigos”).

<sup>4</sup> Pesquisador de SC morre na Bolívia. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 26 de novembro de 2010. (Sessão “Geral”).



2

Museu de Arte Moderna de Florianópolis<sup>5</sup> (1963-1969), Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina (1969-1975), Secretário de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis (1975), professor titular da UFSC (1967 – 1991), além de professor em diversas outras instituições públicas e privadas, no ensino regular e universitário como o Instituto Estadual de Educação, Fundação Universitária de Joinville, Universidade do Estado de Santa Catarina, Faculdade de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (por conta de convênio estabelecido com a UFSC).

Nesse sentido, para entender a dinâmica e a historicidade dessa trajetória é preciso lançar mão de recursos metodológicos importantes para a interpretação e desenvolvimento da pesquisa histórica, como por exemplo: o exercício do “jogo de escalas”. Noção desenvolvida por Jacques Revel em *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*, livro publicado em meados da década de 1990. Na publicação diversos pesquisadores se dispõem a discutir a operacionalização da escala micro-histórica – de herança italiana – na explicação dos fenômenos históricos, em contraponto à uma “tradição” de uma história social mais “estrutural”, de escala macro-histórica, que tinha como principal porta-voz o historiador francês Fernand Braudel. Ao opor as dimensões macro e micro, os autores mostram que não estamos diante de uma mera diferença de escala, os objetos do historiador não apenas mudam de tamanho, mas se modificam de acordo com “corte” adotado.

Ao transfigurar essa operação para a presente pesquisa pode-se observar que ao ser adotada uma perspectiva mais estrutural de macro-análise, os objetos a serem observados seriam o cenário historiográfico referente a UFSC e ao IHGSC, como também o panorama político catarinense. Por sua vez, na adoção de um ponto de vista micro-histórico, o objeto de análise passa a ser a própria figura de Corrêa: as relações por ele estabelecidas com outros personagens desse cenário e as suas produções historiográficas. Nota-se a partir deste breve exame, portanto, que “a idéia chave ligada à idéia de variação de escalas é que não são os mesmos encadeamentos que são visíveis quando mudamos de escala, mas conexões que passaram despercebidas na escala macro-histórica.” (RICOEUR, 2008:221). Conseqüentemente, a partir da escolha de escalas distintas são produzidas diferentes interpretações, narrativas e tipos de conhecimento histórico. Representações, que como coloca Koselleck (2006: 133), se referem à “maneira como a história narra e descreve”.

---

<sup>5</sup> Fundado em 1949 o Museu de Arte Moderna de Florianópolis (decreto nº 433, de 18 de março de 1949) deixa de ser municipal passando para a administração estadual em 1970 (decreto nº 9.150, de 4 de junho de 1970), nesse momento tem seu nome alterado para Museu de Arte de Santa Catarina, denominação que carrega até hoje.



3

Paul Ricoeur ao apurar a ideia de variação de escalas proposta pelos pesquisadores reunidos ao redor do historiador Jacques Revel, propõe a observação de outras matizes que também estão imbricadas nos níveis macro e micro-histórico, as quais seriam: as variações que influem nos “graus de eficácia e de coerção das normas sociais”; também a variabilidade dos “graus de legitimação” existentes nas diversas esferas nas quais está distribuído o vínculo social, e por último os “aspectos não quantitativos da escala dos tempos sociais”, uma dimensão muito interessante que remete às diversas “experiências temporais possíveis”. Segundo o autor, tais noções seriam importantes à investigação histórica pois buscam dar conta da abstração embutida na ideia de “mudança social”.

Ao longo do texto a seguir, tais variações e lentes serão operacionalizadas - juntamente com outros conceitos - com o intuito de brevemente esmiuçar a trajetória de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Portanto, ora serão trazidos à cena panoramas mais estruturais referentes às esferas nas quais Corrêa circulou, ora a observação adotará um olhar mais acurado tentando buscar justamente as “variações presentes nas variações” propostas por Paul Ricoeur. O trânsito se dará a partir de um cenário político, mas percorrerá também os círculos de produção histórica tocantes tanto ao cenário universitário, quanto ao Instituto Histórico e Geográfico. Por fim é pertinente ressaltar que estes “painéis” serão pensados separadamente, mas que, no entanto, não se deve perder de vista que eles se encontram todo momento durante esta trajetória.

### **Carlos Humberto e a cena política florianopolitana e catarinense**

Apesar de nunca ter participado efetivamente do que pode-se entender como uma cena político-partidária, nunca tendo se candidatado a eleições, sendo assim, não exercido cargo político mediante eleição por voto popular, Corrêa desempenhou funções ligadas ao poder executivo de Santa Catarina e Florianópolis. Posições de relativa proeminência dentro do espaço político estadual e municipal. Sendo assim, uma pergunta seria pertinente: Quais conjunturas e relações estabelecidas por Corrêa permitiram que durante o seu percurso profissional ele ocupasse tais cargos públicos? Numa primeira observação podem ser levantados dois aspectos principais: a “herança política” de sua família e a sua colocação como uma “voz autorizada”, uma figura intelectual capaz de suprir as demandas de um museu de arte ou de uma “secretaria de cultura”.



4

Como coloca Patrícia May, a formação das “elites” políticas catarinenses, em especial no início do século XX, se deu por meio de indivíduos “ligados entre si no dia a dia em função da parceria nos negócios, da liderança em associações de classe, ou [...] através das atividades desempenhadas na esfera política (MAY, 1998: 45). Na cidade de Florianópolis, durante esse mesmo período, eram visíveis as redes de relacionamento estabelecidas entre determinado conjunto de famílias, que por sua vez, constituíam uma cultura política que se baseava “na busca de prestígio e de favores por intermédio de núcleos de poder localizados em especial nos grandes partidos políticos e em algumas instituições controladas por esta mesma lógica de parentesco.” (CAMPOS, FALCÃO, LOHN, 2010: 266).

Tal configuração teria vigorado, sobretudo até a década de 1960 e 1970, quando este quadro passa gradativamente a adquirir nova feição tanto por conta do regime civil-militar no qual o país estava mergulhado, quanto pela mudança nas estruturas sociais catarinenses, que foram sentidas na capital do Estado, Florianópolis, a partir de uma mudança na configuração de seus habitantes - com a chegada de moradores vindos de outros lugares do estado e do Brasil -, na formação de uma classe média e num processo de “modernização” que atingiu sobretudo o planejamento urbano da cidade. (ACORDI, FREIRE: 2010).

Apesar de não pertencer a uma família de origens “abastadas”, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, descendia de famílias - tanto por parte de sua mãe, quanto de seu pai – que tiveram certa projeção no cenário catarinense. Para se ter uma breve ideia, seu avô, Carlos José da Motta de Azevedo Corrêa, é o personagem que dá nome a Maternidade Carlos Corrêa, uma das mais antigas instituições de saúde do estado. O conhecido Dr. Carlos Corrêa, tem seu nome ligado a diversas obras e instituições fundadas em Florianópolis no início do século XX como o Instituto Médico Legal, tendo atuado nesse momento no Serviço de Higiene Municipal. Além disso trabalhou como médico na Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina, como Inspetor de Saúde do Estado e como Diretor do Serviço Médico Legal. Foi também Diretor de Higiene do Estado e Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis. Em 1927 foi nomeado Diretor da Maternidade de Florianópolis, mantida pela Associação Irmão Joaquim instituição a qual receberia o seu nome, logo após a sua morte. Por fim, vale lembrar, foi o segundo presidente da Associação Catarinense de Medicina (1935-1937) e como o neto, era membro integrante da Academia Catarinense de Letras.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.portalmédico.org.br/Regional/crm-sc/sede\\_unica/revista11.htm](http://www.portalmédico.org.br/Regional/crm-sc/sede_unica/revista11.htm)> Acesso em: 19 dez. 2016.

O pai de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, também médico, prosseguiu com a tradição política da família, tendo sido deputado estadual constituinte (1947-1955) e também conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, segundo consta no livro *Datas Históricas de Santa Catarina, 1500-2000*, produzido pelo colega e amigo pessoal de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, Jali Meirinho. Nesse sentido, é possível conjecturar que Carlos Humberto Pederneiras Corrêa parece romper com algumas “tradições” familiares ao tornar-se historiador - como o exercício da medicina -, sem, no entanto, cortar os laços que ligavam sua família à política catarinense. A trajetória da própria família deste historiador parece portanto fornecer alguns indícios acerca das possibilidades que se abriram a ele durante seu percurso de vida.

O segundo dos aspectos abordados logo acima se refere ao lugar de Carlos Humberto como historiador, e portanto, como uma “voz autorizada” dentro do espaço historiográfico catarinense. Essa noção de “voz autorizada” pode ser entrevista, por exemplo, na correspondência oficial trocada entre Corrêa e Esperidião Amin, quando este último era governador de Santa Catarina e o primeiro um dos membros do Conselho Estadual de Cultura. Nesta documentação fica bastante evidente o papel de Corrêa como intelectual capaz de referendar e trazer referências no que tangia as decisões do governo do estado em relação aos “aspectos culturais” catarinenses. Além disso, vale destacar que Corrêa exerce a função de Secretário de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis durante o início do primeiro mandato de Esperidião Amin como prefeito de Florianópolis (1975 — 1978). Fato interessante, que mais uma vez, leva a uma conjuntura de maior abrangência onde vai se delineando uma mudança no perfil de alguns políticos que passaram a comandar o estado e a cidade de Florianópolis.

Nesse novo cenário político emergem técnicos e profissionais, advindos dos quadros universitários, inclusive, claro, da Universidade Federal de Santa Catarina. Amin naquele momento da década de 1970 representava uma nova geração de “políticos gestores” que “foram precursores do planejamento da capital.” (ACORDI, FREIRE, 2010: 56). Seria possível inferir uma ligação de correspondência entre estes dois personagens? Enquanto o administrador Amin se configuraria uma “voz autorizada” no que tangia às questões ligadas à



6

gestão, Carlos Humberto Corrêa assumia o seu papel de historiador, especialista nas questões ligadas a arte<sup>7</sup>, mas principalmente, na história de Santa Catarina?

A partir do que foi exposto, pode-se sugerir que essa ligação com a universidade, ou seja, sua formação acadêmica, se configure como característica importante na escolha de Corrêa para secretário, e posteriormente, tenha permitido a permanência desta ligação política e intelectual entre esses dois personagens Amin e Corrêa, até quando o primeiro exercia seu mandato como governador de Santa Catarina.

Sendo assim, algumas questões podem ser levantadas acerca tanto de um percurso familiar referente à família Corrêa, estabelecendo redes de sociabilidade, quanto acerca da trajetória individual de Corrêa como intelectual ligado à UFSC. Em relação às redes estabelecidas pela família Corrêa, nota-se que estas reverberavam também numa conjuntura ampliada, ou seja, num cenário político catarinense que foi ao longo das décadas se modificando, mas que conservou certas características, no caso a permanência de certos nomes e suas redes, que sobreviveram, por exemplo, à chegada de novos atores políticos sociais a este mesmo cenário. Podemos entender estas permanências, quando pensamos em sua temporalidade, como estruturas, que segundo Koselleck (2006: 135), “seriam aquelas circunstâncias que não se organizam segundo a estrita sucessão dos eventos passados. Elas implicam maior duração, maior estabilidade, alterando-se em prazos mais longos.” Esta estrutura, portanto, importante na própria trajetória de Corrêa, ainda mais quando aliada a um cenário onde a formação acadêmica trazia um elemento significativo para a colocação deste dentro do cenário sócio-político do estado. Nesse caso, se vê um interessante entrelaçamento entre eventos e estruturas, “remetendo um ao outro, sem se dissolver e alterna[ndo] na hierarquia de importância conforme a “lente” do historiador” (KOSELLECK, 2006: 145). Ao interpor a estrutura que permeia a trajetória política da família de Corrêa com o próprio percurso deste historiador, entendido como atravessado por “eventualidades”, pode-se tentar dar conta das diversas escalas que permeiam a história deste homem e, conseqüentemente, de parte da história da historiografia catarinense

### **Transitando entre ideias: Carlos Humberto Corrêa, o IHGSC e o ambiente universitário.**

---

<sup>7</sup> Carlos Humberto Corrêa durante os anos 1976 a 1979 deu aulas de Educação Artística na Faculdade de Educação (FAED) da (naquele momento nomeada) Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC).



7

Antes mesmo de se tornar membro do IHGSC, Corrêa já era professor no departamento de História da UFSC. Fundado efetivamente na década de 1960, momento de formação da própria UFSC, o primeiro curso superior exclusivamente de História do estado tinha entre seus professores ex-alunos da antiga Faculdade de Filosofia, estabelecida em Santa Catarina na década de 1950 e posteriormente incorporada à UFSC. Entre estes personagens podem ser citados Walter Piazza e Jali Meirinho. (GONÇALVES, 2006) Dentro desse contexto, entende-se a ascensão rápida de alunos do recém-criado curso de História à função de professor nesse mesmo curso, situação vivenciada por Corrêa.

Tal quadro de formação dos cursos superiores de História em Santa Catarina, no entanto, não exclui o papel do IHGSC no que viria a se tornar a historiografia do estado, em especial na época em que Carlos Humberto Corrêa começou a atuar. Como bem abordado por Gonçalves (2006), membros do IHGSC como Oswaldo Rodrigues Cabral tiveram importância fundante para a criação de instituições de ensino superior no estado. Dentre elas, o Instituto Politécnico (década de 1910), a Faculdade de Direito (década de 1930) e a Faculdade de Filosofia, já citada acima. Todavia, é importante destacar que a formação do curso superior em História, aos poucos vai mudando o perfil daqueles que passarão a integrar o IHGSC. De um grupo em que o gosto pela História estaria ligado a um diletantismo e não se constituía uma escolha de carreira, para um grupo onde profissionais formados em História passam a requerer seu lugar.

Ao se observar a partir de uma perspectiva nacional, se percebe que Santa Catarina não foge muito do percurso de formação dos Institutos Históricos ao longo do país, em grande medida inspirados pela formação do IHGB e a necessidade de conformação de uma identidade própria, no caso do IHGB, uma identidade brasileira e no caso do IHGSC, uma identidade regional catarinense. (SERPA, 1996) Mais uma vez, para tentar dar conta da trajetória da historiografia catarinense e de Carlos Humberto Corrêa é preciso modificar um pouco o objeto de análise, mudando de lente e buscando um panorama nacional que por sua vez pode fornecer indícios para a problematização do quadro da produção histórica em Santa Catarina.



8

De acordo com o Francisco Iglesias<sup>8</sup>, na obra *Historiadores do Brasil* (2000), a história da historiografia brasileira poderia ser recortada em três momentos distintos: o primeiro momento entre 1500 e 1838, referente à uma “historiografia colonial”; o segundo momento entre 1838 até 1931, iniciado com a criação do IHGB que dominaria a paisagem historiográfica; e o terceiro momento, inaugurado com a formação das primeiras faculdades de educação, ciências e letras e a progressiva associação da produção histórica nacional “qualificada” aos centros universitários. (IGLESIAS, 2000: 23). Entretanto, de acordo com Guimarães (2011), este terceiro marco temporal proposto por Iglesias seria equivocado, pois segundo a autora o predomínio do IHGB teria sido mais duradouro, especialmente quando levada em conta a atuação de Capistrano de Abreu junto a estes dois espaços (universitário e do Instituto), trazendo consigo inúmeros discípulos que assumiram a missão de dar continuidade a tradição por ele inaugurada.

Sendo assim, Guimarães sugere que a baliza seja trazida até 1961, momento em que é promulgada a primeira reforma de ensino após o período varguista<sup>9</sup> e é promovido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília o I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, no qual fora fundada a Associação dos Professores de História (Apuh), que posteriormente daria lugar a Associação Nacional de História (Anpuh). Guimarães entende que esse seria o momento crucial na formação do ensino superior de história e seu desvinculamento do conhecimento que era produzido nos Institutos Históricos ao longo do país. Todavia, uma outra ressalva poderia ser colocada nessa temporalização mais geral - que não conseguem abarcar todas as instâncias do país, se limitando sobretudo ao eixo Rio-São Paulo - quando o olhar se volta aos trabalhos historiográficos produzidos em Santa Catarina nesse mesmo período.

Nota-se que em Santa Catarina, grosso modo, a institucionalização do ensino superior seguiu a linha de outros lugares do país como é o caso do processo de institucionalização dos programas de pós-graduação a partir da década de 1970. Segundo, José Roberto do Amaral Lapa (1984: 41), até 1984 existiam no Brasil 16 cursos de pós-graduação em História. Dentre estes, só abrangiam o curso de doutorado as Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Federal

---

<sup>8</sup> Falecido em 1999, Iglesias, era historiador vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais voltado para temas relacionados à história econômica e social do Brasil e responsável pela tentativa de organizar algumas sínteses acerca da historiografia brasileira como o livro *Historiadores do Brasil* (2000), publicado postumamente.

<sup>9</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº4204, de 20 de dezembro de 1961).



9

Fluminense, o resto das instituições, caso da UFSC, atendiam somente a cursos de especialização e mestrado.

Foi neste contexto que a UFSC abriu em 1975 as portas do seu Curso de Mestrado (desdobramento do Curso de Especialização em História desenvolvido nesta mesma instituição desde 1974)<sup>10</sup>. Porém, diferentemente do panorama nacional abordado acima, a formação de um espaço universitário de produção histórica não excluiu do horizonte desta produção o papel do IHGSC, pois como aborda o já citado trabalho de Gonçalves (2006), os primeiros quadros docentes da UFSC tanto na graduação, quanto na pós-graduação correspondiam também aos integrantes do Instituto Histórico catarinense. Aspecto tocado também por Élio Cantalício Serpa (1996), que afirma ter sido no espaço do IHGSC em conjunção as instituições de ensino superior, como a UFSC, que foram forjados diversos discursos acerca da “identidade catarinense”. Produções que foram divulgadas na imprensa, em eventos, dissertações e livros endossados pela insígnia destas instituições de ensino superior. Sendo assim, de acordo com Serpa (1996: 68),

*Pode-se dizer que a partir dos anos 80 existe em Santa Catarina todo um corpo de intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Instituições de Ensino Superior que buscam captar e difundir aquilo que nominaram como sendo peculiar ou característica em potencial da Identidade Catarinense. Estes intelectuais próximos ou fazendo parte do poder político [...] deram sustentação teórica ao discurso da Identidade Catarinense empreendido pelo Governo de Esperidião Amin, através da sua proposta de Governo intitulada "Carta aos Catarinenses" e dos "Cadernos de Cultura Catarinense", produzido no interior da Fundação Catarinense de Cultura, órgão vinculado ao Governo do Estado, gestão 1982-1986.*

O excerto acima sugere duas aproximações significativas, aqui já brevemente sugeridas, no que tange Carlos Humberto Corrêa: sua ligação com este grupo de intelectuais identificado tanto com o IHGSC quanto com instituições de ensino superior e o lugar das propostas de governo do ex-governador Esperidião Amin neste painel. Estas duas dimensões ao serem mescladas encontram os trabalhos de Corrêa e também os lugares por ele ocupados durante sua trajetória. Mais interessante ainda foi observar que apesar de seguir uma tendência estrutural relacionada sobretudo a formação das pós-graduações, a historiografia catarinense e Carlos Humberto inserido neste espaço seguiram por caminhos diferenciados, que não são passíveis de serem explicadas a partir de uma escala mais abrangente.

---

<sup>10</sup> Boletim de Pessoal. Florianópolis: UFSC. Jun. 1974, p. 19.



10

Esse cenário, onde IHGSC e UFSC de certa forma “atuavam em conjunto”, no entanto vai se modificando a partir da década de 1990, momento de aposentadoria de Carlos Humberto, quando este passa ser mais atuante junto ao Instituto até se tornar presidente da instituição em 1997. Citando mais uma vez a tese de Gonçalves, nota-se que a década de 1990 é um momento de “virada” dentro do Departamento de História da UFSC e do Programa de Pós-Graduação em História desta Universidade. Com a conformação de novas linhas de investigação voltadas para a História Cultural, percebe-se o esforço de uma “nova geração” em se distanciar de uma história dita “tradicional”, ligada sobretudo àqueles historiadores que integravam tanto Departamento de História da UFSC e o Programa de Pós-Graduação em História a partir da década de 1970, e que como já afirmado anteriormente, tinha a sua grande maioria integrando também o IHGSC. (GONÇALVES, 2006: 18).

Nessa meada, tão cheia de fios a serem organizados, vale mais uma vez, evidenciar o quanto esse “refinamento”, e a operacionalização do “jogo de escalas” permitem refletir sobre o perigo dos rótulos em História, como coloca Guimarães (2011: 28): “O estudo crítico do material historiográfico deve apontar insuficiências, identificar brechas, oferecer encaminhamentos de maneira a gerar novas possibilidades de interpretação e não limitá-las a um enredo *a priori* estabelecido.”

### **No entrecruzamento de tempos e escalas, uma trajetória a se esboçar**

Para iniciar este último momento de reflexão, vale trazer a cena, mais uma vez, Ricoeur e as outras matizes de observação que também estão imbricados nos níveis macro e micro-histórico. Nessas três outras escalas trazidas pelo filósofo é possível aprimorar a observação dos fenômenos sociais por meio da noção de “ajuste” entre a coerção nas normas sociais e a “inventividade” do agentes sociais, numa oposição aos sistemas binários que mascarariam este tipo de movimentação; ou da ideia de justificação destes mesmos agentes sociais, deslocamento efetuado entre o que Ricoeur chama de “discursos fundadores” e “discursos justificados” que variariam “em cidades distintas, em mundos múltiplos” (RICOEUR, 2007: 233) gerando diversificadas representações que também entram nesse jogo entre “ajuste” e “justificação”. Por fim, a terceira e última das escalas traz binômios como estabilidade/instabilidade, continuidade/descontinuidade, categorias que segundo Ricoeur também merecem ser observadas pelos historiadores como modalidades que giram em torno



11

da “hipercategoria” de mudança social e que se referem portanto a aspectos não quantitativos passíveis de serem observados quando operado o “jogo de escalas”.

Tais noções apresentadas por Ricoeur não explicam “diretamente” os caminhos seguidos por Carlos Humberto Corrêa, mas podem sugerir aproximações interessantes ao negar a existência de uma forma unívoca de pensar a historiografia catarinense ou sugerir que Corrêa tenha que ser “enquadrado” em uma “geração” de historiadores ou intelectuais “fechados” dentro de suas próprias ideias. Com isso, atenta-se para a historicidade das práticas e valores que tangenciam essa trajetória, nas suas negociações, ajustes, justificações, continuidades, descontinuidades, estabilidades e instabilidades.

Assim, mesclando um panorama político que não está desvinculado de outro ligado mais propriamente a produção historiográfica brasileira e catarinense, coincidente ao período correspondente à atuação de Corrêa, podem ser mapeadas e contextualizadas algumas de suas práticas e obras. Podem até mesmo serem problematizados os discursos que são construídos acerca desse personagem logo após o seu falecimento (como o pequeno excerto trazido ao início do trabalho), sempre atentando para o “presente histórico” (RICOEUR, 2007: 238) destas ações e situações.

Como já sugerido no título do trabalho, a tentativa aqui é a de construir um esboço de trajetória. Sendo assim, se buscou reunir por meio da operacionalização do “jogo de escalas”, traços primários, ou seja, delineamentos que, se não provisórios, são ainda superficiais acerca do percurso de Corrêa, mas que não deixam de ser significativos, pois são o ponto inicial de problematizações a serem melhor aprofundadas.

Ao longo desse exercício puderam ser observadas algumas questões interessantes ligadas ao que poderíamos chamar de “lado mais pessoal” de Corrêa. Considerou-se assim importante, ao tentar problematizar esta trajetória não suprimir por completo traços de vida pessoal de Corrêa, mesmo que o maior interesse do presente trabalho sejam os seus percursos como historiador e professor. Segundo, Dosse (2009: 369), “O existir e o pensar devem ser retomados juntos em seus respectivos recortes, numa abordagem que não dependa nem do internalismo nem do externalismo, mas enfatize, a fim de funcionar como ponte entre esses dois pólos [...] Sendo assim, não importa quais sejam as relações entre a obra e a vida do personagem, continuidade ou descontinuidade, o historiador “deve pensá-las juntas sem reducionismo pondo-as em tensão.” (DOSSE, 2009: 388). Entende-se dessa forma que o lugar social ocupado por Carlos Humberto Corrêa e sua família como mostrado anteriormente



12

também fornecem indícios para pensar as redes de sociabilidade estabelecidas por este historiador.

Aliás, a noção de “redes de sociabilidade” se constitui lente de observação pertinente para identificar as relações sociais e políticas estabelecidas por este personagem, bem como, para entender que outros processos estavam se desenrolando no campo da produção histórica catarinense – sobretudo aquela que se desenvolve no espaço universitário, em especial na UFSC e aquela que se desenvolve no âmbito do IHGSC – que podem ser reverberação, como também podem ter reverberado nesta trajetória individual. Como afirma Koselleck (2006: 145), “É como se os eventos constituíssem as estruturas, e as estruturas, por sua vez, reverberassem na forma como se deflagram e decorrem os eventos”, sendo no entrelaçamento entre estas duas escalas que se tecem as “histórias possíveis”, no presente trabalho as “histórias possíveis” de uma trajetória. Entendida como um “conceito”, as “redes” surgem assim como ferramenta heurística importante na tentativa de reconstrução do passado ocorrido. (KOSELLECK, 2006: 116).

Como sugere GONTIJO (2005: 275)

*A abordagem da história intelectual por meio do estudo das sociabilidades aponta caminhos interessantes de investigação, chamando a atenção para pistas importantes e alertando para possíveis armadilhas. Basicamente, busca um tipo de análise histórico-sociológica que rejeita conceitualizações demasiadamente rígidas e previamente definidas, assim como recusa construir modelos explicativos, que, uma vez estabelecidos, parecem suscitar mais repetição que análise crítica. A mar desse tipo de análise é o investimento na pesquisa empírica. É a partir dela que se torna possível pensar a sociabilidade como um tipo de comportamento histórico, derivado de experiências vividas por indivíduos em locais específicos através do tempo. Uma experiência dinâmica, que depende de atitudes ou práticas individuais, ainda que essas sejam submetidas a condicionamentos diversos.*

Noção que vai ao encontro da reflexão trazida por Ricoeur, especialmente quando este sugere a rejeição de conceitualizações muito rígidas e leva em conta as ações individuais sem perder de vista que elas estão sob a égide de diversas formas de “coerção”. Mais uma vez emerge a questão do “ajuste”, da “justificação”, continuidades e discontinuidades que só podem ser percebidas por meio da manipulação do “jogo de escalas”.

Ambos os panoramas estabelecidos ao longo das subseções do trabalho podem ser observados em pormenores, por exemplo, na documentação encontrada nos arquivos da Academia Catarinense de Letras e do IHGSC. Bem como, nos aspectos técnicos das obras editadas por Corrêa, como editoração, produção de capa, local e momento que eram lançadas.



13

Evidências interessantes para o estabelecimento destas redes de sociabilidade, e por consequência, também para problematizar o percurso de Corrêa, os lugares por onde ele transitou. Nota-se a partir destas bases empíricas que é por meio das redes por ele estabelecidas que os campos nos quais ele transitava podem ser interconectados.

Sendo assim, mesmo que os quadros “político” e “historiográfico” tenham sido observados separadamente, eles se interpenetram a todo momento. Desde a noção de uma “tradição” política familiar, passando pela emergência de “novos” políticos no cenário catarinense como Esperidião Amin, personagem que por sua vez, assim como Corrêa, estava ligado também a UFSC. No caso do IHGSC, as pontes de ligação e sociabilidade se mostrando por meio do estabelecimento de um grupo intelectual que circulava nas décadas de 1970 e 1980 tanto no ambiente do IHGSC quanto na Universidade. Conexão que começa a esmaecer a partir da década de 1990, e que mostra ser a grande motivação de Carlos Humberto Corrêa em atuar junto ao IHGSC. Articulando “trajetória” e “geração”, nota-se o quanto é relevante pensar sobre as condições de produção de ideias dentro do âmbito político e social, bem como, refletir acerca das sensibilidades que compartilham o indivíduo e o(s) grupo(s) em que está inserido. De alguma maneira, como sujeitos conectados entre si os integrantes destes grupos possuem genealogias e passados imaginados, que dialogam também com as questões políticas e sociais de seu tempo (GOMES, 2016: 12).

Fugindo de determinismos e hierarquizações, e, seguindo a trajetória de grupos e, em especial, de indivíduos como Corrêa, nesse percurso a busca pela compreensão de suas relações, pôde ajudar “a perceber e a compatibilizar movimentos e atitudes contraditórias, supostamente excludentes ou paradoxais, mas que podem sustentar-se mutuamente.” (GONTIJO, 2005: 277) Caso que aqui poderia ser pensado a partir da inserção de Corrêa tanto junto ao IHGSC, quanto junto à UFSC, num primeiro momento espaços que a partir de uma “tradição” historiográfica brasileira poderiam ser categorizados como diferentes, mas que quando observados mais de perto, a partir de um contexto catarinense, mostram uma base mútua.

## Referências

ACORDI, Carla; FREIRE, Felício. Florianópolis como cidade da ditadura: urbanização, milagre econômico e habitação no regime militar. In: CAMPOS, Emerson César de;



14

FALCÃO, Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.) **Florianópolis no Tempo Presente**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2010, p.53- 70.

CAMPOS, Emerson César de; FALCÃO, Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Tempos Saturados. In: \_\_\_\_\_ (Org). **Florianópolis no Tempo Presente**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2010, p.263-271.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: EDUSP, 2009.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. 2006. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista ; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Org.) **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 259-284.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, (Org). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, FAPERJ, 2011, p. 19-35.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc/Rio: 2006.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. 1998. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis.

MEIRINHO, Jali. **Datas históricas de Santa Catarina, 1500-2000**. Florianópolis: Insular/Ed. da UFSC, 2000.

LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia: Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RICOEUR, Paul. Variação de escalas. In: \_\_\_\_\_. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP:Unicamp, 2007, p.220-245.



15

SERPA, Élio Cantalício. A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, v.14, n.20, p.63-79, 1996.